

## Relatório Final

# XXXVI REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 1 e 2 de março de 2018

## 1. Sessão de Abertura

A Coordenadora da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, Ponto Focal de Cooperação do Brasil (PFC BR), deu saudações de boas-vindas aos colegas Pontos Focais e aos restantes representantes dos Estados-Membros (EM) presentes e recordou os 3 dias trabalho prévio no Seminário sobre Governança e Gestão da Cooperação na CPLP. Reiterou os agradecimentos pela colaboração e comprometimento de todos os envolvidos e expressou o sentimento de dever cumprido e deixou votos de bom trabalho.

Seguidamente usou da palavra o Diretor de Cooperação (DC) que, em nome da Secretária Executiva da CPLP, cumprimentou e desejou bom trabalho, fazendo votos de que as deliberações da Reunião viessem a ser profícuas. Informou que todos os PFC podiam aceder a toda a documentação relevante para a Reunião nas pastas eletrónicas.

A lista de Participantes da XXXVI Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) pode ser consultada no Anexo I.

## 2. Aprovação da Agenda

A Ponto Focal de Cooperação de Portugal (PFC PT) solicitou que fosse retirado o ponto 7.5.5 - *Proposta de Projeto "Estruturação de Fundos Ambientais nos países CPLP e Rede de Fundos"*.

O Ponto Focal de Cabo Verde (PFC CV) solicitou a inclusão de um ponto de informação relativo à organização da Cimeira da CPLP em Cabo Verde, passando a ser este o ponto 7.3 - *Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP na Ilha do Sal, Cabo Verde*.

O Ponto Focal da Guiné-Bissau (PFC GB) solicitou que o ponto 5.1.4 - *Ação Pontual V Congresso de Educação Ambiental*, pudesse ser passado para o segundo dia de trabalhos, pois pretendia que o Prof. Joaquim Pinto, que apenas estaria disponível nesse dia, pudesse apresentar a atividade.

Agenda foi aprovada com as alterações propostas (Anexo II).

### **3. Apresentação das conclusões do Seminário “Governança e Gestão da Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” e Plano de Trabalho da Reunião de Pontos Focais de Cooperação**

A apresentação deste ponto foi feita pela Consultora Joana Amaral, que coordenou os trabalhos do Seminário. Para tal, a consultora procedeu à projeção de alguns esquemas que ilustravam os fluxos elaborados e concertados pelos PFC durante o Seminário que, na sua ótica, representavam o conjunto de conclusões saídas do Seminário (Anexo III).

O DC sublinhou que o Seminário permitira extrair acordos sobre a atuação estratégica e operacional ao nível da cooperação. Considerou que um melhor enquadramento estratégico conduzirá a uma maior integração e articulação da RPFC com outros órgãos. Observou que a iniciativa de desenhar esse enquadramento, a ser aprovado sob a forma de um Plano Estratégico de Cooperação, com horizonte de 6 anos, iria conferir maior coerência ao pilar de cooperação em toda a Comunidade. Acrescentou também que este desenho permitiria harmonizar a cooperação da CPLP com os planos estratégicos das Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS). Esses exercícios poderiam comprometer 3 presidências, garantindo-se assim a continuidade e a manutenção de uma visão a médio prazo.

Enfatezou ainda que, do ponto de vista operacional, a adoção de Planos de Ação Bienais iria permitir um alinhamento com as presidências da CPLP e uma articulação mais direta com os planos de ação das setoriais, permitindo a realização de atividades concretas que se harmonizassem com as referidas áreas sectoriais. Isto possibilitaria um diálogo mais articulado entre RPFC e RMS e a definição de atividades coerentes e alinhadas com as disponibilidades de recursos previamente identificadas, contribuindo-se assim para um maior grau de eficácia e eficiência na execução das atividades de cooperação planeadas e aprovadas. Explicou que a RPFC manteria na sua coordenação o Fundo Especial da CPLP (FE), como instrumento que permitia registar o fluxo operacional e financeiro das atividades e seguir os compromissos emanados das RMS, sempre que estas identificassem os recursos que pretendiam colocar ao serviço da Comunidade. Indicou ainda que também seriam registadas e seguidas as ações derivadas dos planos estratégicos setoriais que não são financiadas com recursos do FE.

Concluiu, notando que o exercício iria conduzir a uma harmonização global, com uma melhor articulação com diferentes tipos de atores, melhorando a comunicação, imagem e monitorização e, conseqüentemente, avaliação de resultados.

A Consultora apresentou ainda um roteiro de tarefas destinadas aos PFC, em formato de Plano de Trabalho (Anexo IV), para que fosse dado seguimento aos acordos do Seminário e tendo em vista a aprovação de uma Resolução específica na próxima Reunião do Conselho de Ministros da CPLP que conceda um mandato à RPFC e ao Secretariado Executivo da CPLP para desenhar e implementar este novo quadro operacional de cooperação na CPLP.

#### **DELIBERAÇÃO N° 1**

- Os PFC aprovaram o roteiro com o calendário proposto (Anexo IV).

## 4. Acompanhamento dos Projetos, Programa Indicativo de Cooperação e Execução Financeira

### 4.1 Execução Financeira do Fundo Especial (até dezembro de 2017)

O Diretor de Administração e Finanças apresentou este ponto, recordando que o relatório financeiro fora distribuído aos Estados-Membros e estava disponível para consulta (Anexo V). Fez uma apresentação em *powerpoint* (Anexo VI) relatando que houve um aumento de recursos disponíveis na ordem dos 26%. Na análise da tabela geral, fez notar que os itens Plano Indicativo de cooperação e Ações Bilaterais eram os que detinham maior volume de recursos do Fundo Especial. Explicou em seguida que, após a execução dos projetos, o saldo final gerava recursos livres e que o saldo disponível líquido a 31/12/2017 era de €113.178,72, os quais estariam disponíveis para deliberação da RPFPC.

Acrescentou que se poderia acrescer ainda para deliberação da reunião, montantes resultantes de projetos que não tinham tido execução há vários anos e que eventualmente estariam terminados. Rematou, referindo que a execução financeira em 2017 tinha sido bastante fraca, parcialmente justificada pela não execução do recurso destinado ao Programa CPLP Audiovisual, que apenas deu entrada no FECPLP em dezembro de 2017.

A Ponto Focal do Brasil, ao agradecer novamente os esforços que vem sendo feitos pela DAF em relação ao aprimoramento dos relatórios financeiros, solicitou a apresentação de relatórios detalhados referentes ao exercício de 2017, nos moldes já acordados com o SECPLP.

### 4.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

O DC apresentou o ponto de situação sobre a execução técnica, até final de 2017, tendo por base o Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais financiados pelo Fundo Especial da CPLP.

O primeiro projeto abordado foi o projeto de **Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III** (PR41/LB/11), tendo o DC informado que o projeto já fora executado, tendo sido atingidos os objetivos e resultados esperados e que estava em curso um processo de auditoria interna e que apenas após a conclusão da mesma haveria possibilidade de fazer um ponto de situação relativamente aos recursos remanescentes. Notou que havia decorrido uma missão do SECPLP a STP que, acompanhada pelo Ponto Focal de São Tomé e Príncipe, aproveitara para visitar a cooperativa Uê Tela, criada no âmbito do projeto, tendo sido constatado um decréscimo na qualidade dos produtos que vinham sendo produzidos. Recordou que se tratava de um projeto apoiado pela RPFPC, enquanto projeto-piloto, para uma eventual expansão a outros EM.

O Ponto Focal de São Tomé e Príncipe (PFC STP) relatou que fora solicitado à ONG Uê Tela um relatório de avaliação do projeto e que só após o mesmo se poderia pronunciar.

Passando para o projeto seguinte, **Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania** (Pr49/LIS/12), indicou que também este projeto, desenvolvido em STP, se encontrava concluído com os resultados a serem atingidos, mas que existiam manifestações de interesse de outros EM em poderem beneficiar do mesmo.

A PFC BR confirmou que havia uma manifestação de interesse da GB e que dada a especificidade do pedido feito por esse EM, havia procurado alargar o espectro de entidades parceiras, nomeadamente para formação de professores de educação física na GB.

O PFC GB informou que acompanhara a execução do projeto em São Tomé e Príncipe, tendo o mesmo merecido o interesse das autoridades do seu país. Explicou que pretendia que o projeto pudesse ser desenvolvido no sentido de introduzir também a capoeira como cadeira adicional no instituto de educação física da GB, sendo esta ideia garantir maior perenidade e apropriação do projeto.

A PFC BR esclareceu que no desenvolvimento do projeto em STP a abordagem fora diferente, pois as aulas de Capoeira eram dirigidas às comunidades. Assim, observou que o seu país via com dificuldade o desenho de um projeto que promovesse a integração da formação de capoeira de forma mais institucional e num nível de ensino superior.

Em função dos esclarecimentos do PFC GB e do SECPLP, informou que um encaminhamento possível de ser avaliado seria a realização de uma missão de prospeção ao terreno para atualizar as informações e desenhar projeto tendo em conta as demandas da GB.

Em seguida o DC abordou o projeto **Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** (Pr52/MAP/12), tendo informado que estava em curso um processo de reequacionamento desta atividade tendo em vista simplificar a sua tipologia de intervenção. Aditou que se aguardava o envio de um documento por parte da entidade executora nesse sentido, que já deveria ter sido remetido, mas cuja ausência se poderia dever, em parte, à saída do coordenador do projeto. Disse ainda que se procuraria trazer mais informações sobre esta atividade até à próxima RPFC para que esta pudesse eventualmente acolher a proposta reformulada.

A PFC BR confirmou que com a mudança de titularidade da Pró-reitoria de Assuntos Institucionais, que poderia derivar em nova coordenação do projeto, informação transmitida à ABC no final no segundo semestre de 2017, não foi possível a apresentação do documento que embasaria a nova etapa do projeto e que desde então havia uma ausência de indicações.

O Ponto Focal de Cooperação de Timor-Leste (PFC TL) informou que, em 2016, o Coordenador do projeto havia estado em Díli, onde falaram sobre o futuro e continuidade do projeto, mas que depois disso não tinha recebido mais informação.

O DC avançou para o Projeto Legis-PALOP, **Base de Dados Jurídica da CPLP - Fase IV - Prolongamento** (Pr53/MAP/12), destacando a intenção desta fase em consolidar a sustentabilidade da plataforma, ao mesmo tempo em que caminha para se tornar numa base de dados jurídica da CPLP, incluindo EM para além dos PALOP. Recordou que se tratava de um

projeto que prestava assistência técnica, apoio e formação às Unidades Técnicas Nacionais, responsáveis pela inserção e catalogação de diplomas na Plataforma. Destacou o trabalho da Unidade Técnica de Angola, que vinha trabalhando fortemente para consolidar o Legis-PALOP a nível nacional. Observou o desafio de alargamento da plataforma, através da incorporação já em curso de TL e o objetivo depois de expandir para a GE. Informou ainda que havia decorrido na Sede da CPLP, em Julho 2017, a última reunião de coordenadores nacionais.

O PFC TL disse que havia tido contacto com o PF da Justiça, que lhe transmitira a importância de TL estar incluída neste projeto. Assim, comentou que a equipa em Díli esperava que TL pudesse vir a integrar a legislação timorense na plataforma muito em breve. Ressaltou que era importante que quando entidades executoras se deslocassem ao terreno os PFC fossem informados.

A PFC BR salientou que esta era uma questão relacionada com o fluxo de comunicação e que deveria ser atendida no manual de gestão projetos, vertendo essa ideia de que o PFC deve estar informado de missões ao terreno.

Seguidamente abordou-se o Projeto **Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP (Pr56/LIS/13)**, tendo o DC relatado a dificuldade em encontrar agenda para realizar as missões do projeto à GB e a ANG. Desenvolveu que parte das dificuldades se prendiam com obstáculos de cariz logístico tendo em conta a necessidade de enquadrar com os meios adequados as limitações físicas do Secretário Nacional das Pessoas com Deficiência do Brasil, que pretendia estar presente nas missões com as autoridades nacionais. Disse que se mantinham em curso avaliações para estabelecer um calendário para as visitas.

A PFC BR elaborou um pouco sobre os constrangimentos da realização das visitas ao terreno por parte do Secretário Nacional em função das suas limitações motoras e das dificuldades que tal representaria no terreno, relatando que as próprias representações diplomáticas do Brasil naqueles países haviam feito levantamentos e observado a não existência de todos os requisitos necessários à realização dessas missões por parte do Secretário Nacional, mas que tal, segundo a PFC BR explicou, apenas servira para reforçar o louvável desejo e a vontade deste em participar. Assim, avançou que se estavam a projetar datas para uma missão que iria visitar Angola e Guiné-Bissau numa só deslocação, devendo a mesma ocorrer entre 9 e 19 de abril. Informou que ainda ficaria a faltar uma missão a Timor-Leste, devendo a mesma ocorrer no 2º semestre do ano. Falou ainda da possibilidade do projeto poder também beneficiar a GE, conforme abordado em outras RPFC, questionando se haveria possibilidade da GE cofinanciar parte das despesas, dado que o projeto fora desenhado antes da entrada da GE na CPLP.

A Ponto Focal de Cooperação da Guiné-Equatorial (PFC GE) solicitou que fosse remetida uma nota de intenção para poder encaminhar internamente e estudar essa possibilidade.

O PFC GB informou que recebera recentemente informação e disse que iria dar seguimento assim que possível.

Passando para o Projeto seguinte, **Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP (Pr57/LIS/13)**, o DC referiu que este projeto ainda não lograra ter início mas aproveitou para fazer um breve enquadramento do processo de mobilização em curso, para a

participação da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água, que terá lugar de 18 a 23 de março, em Brasília.

A PFC BR aditou que, no processo de redesenho do projeto aprovado em 2013, ainda sem execução, todos os países concordaram, em espírito de solidariedade, partilhar os recursos do mesmo para a realização de acções na Guiné-Bissau e Guiné-Equatorial, inicialmente não contempladas.

A PFC GE agradeceu os factos relatados anteriormente e solicitou mais informações para que pudesse acompanhar com maior proximidade o desenvolvimento do projeto.

Em seguida o DC fez um ponto de situação relativamente ao **Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 3 (Pr62/DIL/14)** – prolongado até setembro de 2017), informando que o relatório desta fase se encontrava disponível para consulta. Realçou que o espectro de aplicação da atividade havia sido muito interessante e que tinha ultrapassado os objetivos esperados. Considerou que os INE adquiriram responsabilidade acrescida com a necessidade de reporte do grau de cumprimento da agenda 2030, observando que o plano de trabalho do programa procurou enquadrar essa oportunidade. Relatou os trabalhos do Workshop sobre os ODS, realizado em Lisboa, no INE, de 4 a 6 de dezembro de 2017, em parceria com a OIT-Lisboa e o SECPLP, dedicado ao tema das Estatísticas do Mercado de Trabalho no contexto da monitorização dos ODS e que materializou as conclusões da VII Conferência Estatística da CPLP, realizada em S. Tomé, em junho de 2017, onde haviam sido destacadas 4 dinâmicas: a inclusão dos ODS na cooperação estatística lusófona; a componente formativa privilegiada por todos os parceiros; Mercado de Trabalho; e a aposta nas sinergias com redes lusófonas e agências parceiras. Acrescentou que seria de incluir, de forma definitiva, os ODS no planeamento das próximas atividades, capacitando as entidades estatísticas da CPLP, para cumprir essa atividade de reporte. Nesse sentido disse que para aproveitar os recursos remanescentes desta fase, estava a ser prevista a participação das autoridades estatísticas da CPLP na Segunda Reunião de Peritos de Estatística para o Desenvolvimento Sustentável, que iria ter lugar em Genebra, de 18 a 19 de abril, sob os auspícios da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE). Concluiu este ponto afirmando que seria interessante convergir para uma eventual fase 4 no sentido de servir o interesse dos EM para que estes adquiram competência no reporte voluntário às Nações Unidas sobre o grau de cumprimento dos indicadores dos ODS.

No que concerne ao projeto **Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP (Pr66/DIL/15)**, o DC destacou a relevância deste projeto para o avanço da comunidade, permitindo que houvesse mais comunicação entre instituições de Ensino Superior, criar portal, mediante a criação de um portal eletrónico. Recordou que se tratava de um projeto que surgira em resposta a uma deliberação da Reunião Ministerial da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e que se encontrava em curso a criação do Portal, que assim permitia a partilha de conhecimentos e de boas práticas, constituindo um vetor importante do qual se esperava que derivassem também instrumentos de comunicação, dando como exemplo a Revista de Divulgação Científica do Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP.

Seguidamente o DC apresentou o projeto **Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP (Pr69/DIL/15)**, notando que também aqui se tratava de um projeto que derivava da Reunião Ministerial da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP. Acrescentou que com

este projeto se pretendia alcançar dois vetores: por um lado uma maior internacionalização da CPLP no domínio da produção científica; e por outro a utilização de um mecanismo eficiente e eficaz de comunicação e de troca de informação. Aditou que este projeto carecia ainda de recursos para completar o orçamento e dar início às atividades para passar da definição teórica à prática. Considerou que se tratava de um projeto de grande alcance para a Comunidade, em termos de visibilidade da CPLP, e que seria recomendável que estivesse em curso aquando da próxima Reunião de Ministros desta área.

O DC passou em seguida para o projeto **Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional** (Pr70/DIL/15), observando que o projeto não tinha corrido como esperado, em função de vicissitudes várias, tais como a perda de património e que motivaram um esforço grande das autoridades guineenses para retomar as atividades do projeto. Indicou que estava a ser programada uma nova missão para breve, para poder reavaliar a situação.

O PFC GB explicou que em função dos estragos, a reparação local seria quatro vezes mais dispendiosa do que o projeto em si. Solicitou que pudesse ser ponderado um reforço da verba, em cerca de €200.000,00, para poder fazer face à situação atual, mas notando que se tal não fosse possível, se procuraria manter o projeto como tal.

Avançando para o projeto seguinte, **TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa** (Pr71/DIL/15), o DC notou que se tratava de um projeto que procurava dar resposta aos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa para a Promoção da Língua Portuguesa e ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e que tinha como objetivo criar e disponibilizar terminologias científicas e técnicas para os países da CPLP, com estrutura comum. Observou que a entidade executora do projeto era o IILP e que o mesmo vinha decorrendo na Sede da CPLP, junto do SECPLP, com um gabinete próprio, mas que não fora possível obter dados sobre o seu estado de implementação.

O Diretor de Cooperação recordou o objetivo geral da **PLATAFORMA SKAN CPLP - Mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados-Membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agro-alimentar - 2ª Fase** (Pr73/BRA/16), de promoção do desenvolvimento de redes nacionais de partilha de conhecimento e tecnologia em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal e integrá-las com a Plataforma SKAN-CPLP, destacando a elevada apropriação do projeto, a realização de 3 capacitações, nas temáticas da inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo no sector agro-alimentar, assim como o estabelecimento de novas parcerias nacionais, designadamente: Angola: FCA-UJES, IIA e CDSAIS; Cabo Verde: INIDA, ECCA-UniCV, PROEMPRESA e Plataforma das ONG; e Moçambique: FAO, CITT, IIAM e FAEF-UEM.

Uma vez que a atividade **2ª Semana da Juventude da CPLP** (PR74/BRA/16) esta estava já concluída, o DC propôs consultar a entidade executora sobre a utilização das verbas remanescentes num outro evento que pudesse decorrer em São Tomé e Príncipe no âmbito da Reunião Ministerial de Juventude e Desportos.

O PFC STP reconheceu a pertinência e a mais-valia deste apoio, mas considerou que em termos de iniciativas relacionadas com o tema juventude teria de desenvolver consultas nacionais. Não obstante considerou que esse apoio seria pertinente caso pudesse ser canalizado para atividades ligadas aos Jogos Desportivos da CPLP, que iriam ter lugar em São Tomé, em julho próximo.

Referindo-se ao **Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP (2016-2107) - Fase VIII** (Pr75/BRA/16), o DC recordou que esta fase fora aprovada em Brasília e que o arranque das atividades se dera com a realização da XXX Reunião dos Convénios de Cooperação e do 8º Encontro Técnico-Científico dos Laboratórios de Engenharia Civil da CPLP, em junho de 2017. No entanto fruto de uma alteração na coordenação do projeto, surgiu a necessidade de um novo diálogo com os LE CPLP no sentido do ajuste das atividades previstas. Frisou que, no âmbito da CPLP, ainda não tivera lugar uma Reunião de Ministros das Obras Públicas e que, como tal, a intensa dinâmica de cooperação entre os Laboratórios de Engenharia Civil dos EM da CPLP carecia desse reconhecimento institucional. Informou também que até ao momento haviam sido realizadas missões técnicas aos Laboratórios de Engenharia de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, fundamentalmente no domínio da calibração de equipamentos, Cursos de Controlo da qualidade do betão na construção; operacionalização dos laboratórios na área de Ensaios de Betões, Inspeção de pontes na Guiné-Bissau, Curso de Ensaios de Terraplanagem e Curso de Pavimentação Rodoviária. Considerou que fruto da reflexão operada no convénio, seria de aguardar para propor uma fase mais consistente deste projeto, nela prevendo a institucionalidade da temática a nível da CPLP. Assim, esperava-se uma execução paulatina, concluindo a execução dos recursos disponíveis e manutenção das atividades no terreno como previsto.

O PFC TL apresentou uma dúvida relacionada com um dos resultados esperados, designadamente a criação de um laboratório de Engenharia Civil em Timor-Leste.

O DC afirmou que, de facto, o projeto pretendia o alargamento a TL e à GE, tendo já sido realizada uma missão a TL. Disse, porém, que tinha havido alguma dificuldade em encontrar a estrutura competente de contrapartida, a qual ainda teria de ser criada. Aditou, ainda que, recentemente, tinha decorrido uma visita do Embaixador da GE junto da CPLP ao LNEC, para se inteirar do quadro de intervenção do projeto, no pressuposto de que pudesse transmitir a Malabo a necessidade de se projetar uma missão de avaliação para apoio à RGE. Reforçou que o próprio orçamento do projeto permitia a realização dessas missões. Por fim, acrescentou que o convénio dos Laboratórios de Engenharia já se designa como Laboratórios de Engenharia da CPLP.

O projeto **Plano de Ética no Desporto na CPLP** (Pr76/LIS/17) foi aprovado também em Brasília, relatou o DC, tendo já decorrido uma primeira missão a STP onde fora realizada uma atividade de formação e capacitação dos núcleos PED-CPLP, consolidando um conjunto de iniciativas estruturais e programadas para promover a vivência de um conjunto de valores inerentes ao desporto. Observou que fora uma atividade muito participada e que iria permitir a criação de planos nacionais. Aditou que a atividade teria continuidade com um conjunto de missões para desenho dos diferentes planos nacionais, para as quais estava já a ser trabalhado um calendário.

**Campanha “Juntos contra a Fome”: Projeto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela (H2014027); e Técnicas de produção,**

**transformação e conservação de produtos agro- pecuários e empreendedorismo (H2014028)**. Por fim, no que concerne aos projetos aprovados no âmbito da Campanha explicou que os dois projetos da ainda não haviam iniciado, mas que tal deveria ocorrer muito em breve.

O PFC CV usou da palavra para reafirmar o engajamento com o projeto, tendo já estabelecido contacto com a entidade executora.

O DC recordou que por falta de verbas a **Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social - CIPS - Fase IV (Ap41/DIL/15)**, fora temporariamente suspensa, esperando-se que a próxima Reunião Ministerial do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP deliberasse pela sua reativação.

A PFC BR sugeriu uma reflexão sobre a sustentabilidade e a previsibilidade de recursos financeiros para estas plataformas, devendo esta reflexão integrar o novo PEC pois esse tipo de instrumentos demandaria previsão quanto à sustentabilidade das mesmas.

O DC fez breve resumo dos resultados do **IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (AP 43/LIS717)**, tendo em conta que a entidade executora deveria fazer a apresentação, no segundo dia da reunião. Ressaltou o nível de participação no congresso, que reuniu mais de duas centenas de pessoas, na maioria investigadores ligados à área da educação ambiental; presença de autoridades de todos os EM e sociedade civil. Destacou a capacitação das comunidades locais, os contributos para agenda ambiental da CPLP e a produção científica muito próxima da vivência no terreno.

O PFC STP reconheceu o mérito e impacto do projeto, referindo como um projeto da CPLP para a CPLP.

O DC congratulou a RPFC que aprovou a iniciativa **CPLP por um Mar Limpo - Mobilização para estabelecimento de uma Parceria dos Países de Língua Portuguesa para o Lixo Marinho (AP 44/LIS/17)**, considerando uma boa prática, tendo em conta o seu alinhamento com agenda da Reunião Ministerial dos Assuntos dos Mares da CPLP e a Agenda 2030. Destacou a iniciativa: *Parceria da CPLP para o Lixo Marinho*, cujos Termos constarão de uma Carta de Compromisso que estava a ser preparada entre o SECPLP e a Associação Portuguesa do Lixo Marinho, aguardando-se a identificação do melhor momento para a “lançar”.

O PFC TL pediu um ponto de situação sobre o Portal dos Mares, para o qual Timor-Leste disponibilizara recursos financeiros, ao que o DC informou que a maquete havia sido já apresentada e que o portal estava assim em fase de desenvolvimento, contando-se que pudesse ser “lançado” muito em breve, aproveitando também para agradecer o apoio de Timor-Leste a essa relevante iniciativa.

Por fim o DC apresentou a Ação Pontual - **Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP (AP47/BRA/17)**, recordando os compromissos assumidos no âmbito da X Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP de realização da XI edição dos Jogos Desportivos da CPLP, em São Tomé e Príncipe, em 2018. Recordou ainda que Portugal se disponibilizou para fazer uma contribuição destinada à beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé, tendo por base o projeto de obra e orçamento apresentados para a criação de condições

de higiene, saúde, segurança e conforto no alojamento e alimentação dos jovens participantes nos XI Jogos Desportivos da CPLP. Destacou a relevância de que este apoio permitiria não só criar condições para os Jogos da CPLP, mas dotar São Tomé e Príncipe através da beneficiação do Liceu, de maior sustentabilidade para a área da Educação, pois findos os Jogos o Liceu ficaria requalificado e serviria mais eficazmente os objetivos pedagógicos.

O PFC STP acrescentou que os trabalhos corriam bem, que os Jogos tinham sido calendarizados para iniciarem no seguimento da Cimeira da CPLP e deixou um apelo para que os PFC transmitissem aos respetivos Ministérios a necessidade de darem resposta e reagissem quanto à participação dos atletas nos Jogos dentro da brevidade possível.

Tendo sido terminada a apresentação do Quadro de Execução de Projetos, o PFC CV deixou um apelo para uma gestão mais sustentável e solidária do Fundo Especial, com respeito e atenção à própria natureza do Fundo, que tem como base a solidariedade e uma lógica de Fundos Livres. O apelo foi efetuado no sentido de se procurar conferir maior margem de liberdade para à utilização desse instrumento, em defesa da sua própria natureza e garantia da sua autonomia.

## **5. Propostas de Atividades**

### **5.1 Ratificação da Aprovação da Proposta de Ação Pontual da RINAPE**

O DC informou que a Atividade já havia recebido aprovação por meio eletrónico, no passado dia 16 de fevereiro de 2018, solicitando aprovação formal da RPFPC.

#### **DELIBERAÇÃO Nº 2**

- Os PFC aprovaram a ação pontual - 6.<sup>a</sup> Reunião da Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE)

### **5.2 Apresentação de novas propostas**

#### **5.2.1 Ação Pontual - Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário (Anexo VII)**

A representante da Cruz Vermelha Portuguesa, Diana Araújo, começou por apresentar os parceiros da iniciativa, a saber: Fórum das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha de Língua Portuguesa, o Comité Internacional da Cruz Vermelha e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e relembrou o mandato da Cruz Vermelha, conferido pelas Convenções de Genebra, às quais todos os EM da CPLP eram signatários, assumindo assim responsabilidades pelos compromissos internacionais.

A Ação de Formação teria como objetivo capacitar 2 a 3 elementos dos EM, na área do Direito Internacional Humanitário, com ferramentas em língua portuguesa, sendo o público-alvo de diversas áreas, como a defesa (militares, forças policiais), justiça (legislação complementar das Convenções Genebra), academia (responsáveis por lecionar estas matérias) e relações

internacionais. Acrescentou que o convite seria extensível às Representações Diplomáticas dos EM em Lisboa, tendo em conta que não teria custos acrescidos para estes.

A PFC do BR sugeriu que pudesse ser abordado também o tema da proteção especial das mulheres em situação de emergência, buscando-se assim a transversalidade de gênero nas ações de formação. A opinião foi secundada pela PFC de Portugal.

### **5.2.2 Projeto - Meninos de Rua: Inclusão e Inserção - 4ª fase (Anexo VIII)**

A apresentação deste projeto esteve a cargo da ACEP que referiu a importância que o projeto assumia no apoio a crianças em situação de exclusão. Explicou que nesta IV Fase se pretendia criar condições para garantir a sustentabilidade futura do projeto, através do reforço das organizações membro. Destacou a aposta na inovação, arte e educação, utilizando a capacidade criativa para ajudar na inserção. Disse também que havia surgido a necessidade e o interesse em partilhar experiências com outras organizações no contexto nacional das mesmas e que, portanto, esta fase se focaria na consolidação do trabalho a nível nacional, alargando o trabalho com organizações do Estado e procurando criar uma estratégia da CPLP para esta realidade. Observou que já existia uma rede da CPLP constituída, com cerca de 6/7 anos, e que as organizações se iam mantendo com outros apoios de fundações e instituições privadas. Afirmou que seria relevante a consideração dos PFC de apoio ao projeto e que os contributos nacionais seriam importantes para a viabilização desta fase, para além do eventual apoio financeiro.

O PFC TL agradeceu a apresentação e comunicou que estava ciente que o projeto tinha parceiros nacionais a colaborar nele e que enquanto PFC de TL gostaria de visitar essas instituições e eventualmente encontrar forma de poder conceder melhor apoio aos mesmos.

O PFC CV reconheceu a importância de que o projeto se abrisse para outras instituições. Notou que a formulação mais correta seria crianças “na rua” e não “de rua”.

O PDC PFC ANG agradeceu a apresentação e referiu que conhece bem projeto, tendo visitado o mesmo em 2013, na Província do Huambo, em Angola. Transmitiu que teria a sensação de que era preciso encontrar outras valências e outros parceiros, procurando definir melhor a relação entre atores e saber quem faz o quê.

A ACEP indicou que a relação com Angola era muito positiva e que a instituição angolana participara na última reunião da rede em Bissau. Explicou que o que estava a ser pensado para Angola seria alargar a experiência, aprofundando a metodologia de intervenção, com a possibilidade de realizar um encontro com organizações provenientes de 3 províncias – Namibe, Lubango e Benguela, durante o ano de 2018, o que permitiria conhecer melhor as instituições nacionais. Acrescentou que já havia decorrido uma reunião no Huambo, onde se dera uma troca de experiências, com organizações diversas, incluindo do Estado ao nível social, sendo o papel da ACEP de acompanhamento e facilitação. Sublinhou ainda que o projeto não se tratava de um de apoio social mas sim de uma inovação na forma de atuação.

### **5.2.3 Rede de Jornalismo Jovem Digital - Conexão Lusófona - Fase 3 Consolidação e expansão (Anexo IX)**

Na apresentação da 3ª fase do projeto, a representante da entidade executora, Conexão Lusófona, referiu a conquista de um prémio português de inovação social, um reconhecimento do esforço e persistência da equipa, o qual passaria pelo acesso a uma aceleradora de projetos de novos media, capacitação e acompanhamento de jovens. Tendo o projeto já atingindo alguma maturidade, esta 3ª fase teria como foco a vertente da cooperação digital com jovens com pelo menos 3 novos territórios (países da CPLP), sendo que as fases anteriores permitiram já a consolidação em Portugal, destacando abertura de escritório no Porto. A componente de cooperação (formação de técnicos locais, responsáveis por um acompanhamento em permanência) foi sendo preterida nas fases anteriores, devido ao nível de financiamento abaixo do orçamento. Foram destacados como pontos fortes do projeto: o facto de ser um projeto 1) voltado para o futuro, 2) que promove as novas tecnologias como forma de aproximação e contato entre jovens; e 3) que dá visibilidade à CPLP, contribuindo para o sentimento de identidade e pertença a este espaço regional.

### **5.2.4 V Congresso de Educação Ambiental (Anexo X)**

O presidente da ASPEA, enquanto entidade executora e assessora das Comissões Organizadoras Nacionais do evento, começou por apresentar os principais resultados do IV Congresso Educação Ambiental, realizado em Julho de 2017 na Ilha do Príncipe. O resumo dos principais números do IV Congresso foi expressivo do alcance e impacto do evento, o qual pode ser consultado no Anexo XI.

Informou que se tratou de um evento de cariz científico, de transmissão e produção de conhecimento com uma grande proximidade às realidades locais e saberes tradicionais. Adiantou que estarão disponíveis no Portal Rede Ambiental CPLP (com previsão de lançamento durante VII RM Ambiente, em março de 2018) os produtos do IV Congresso (artigos, comunicações, etc.), assim como numa publicação em formato de revista.

A entidade executora relatou a fase de preparativos do V Congresso, que terá lugar nos Bijagós, de 15 a 18 de abril de 2019, com o Tema: Crise Ecológica e Migrações, sendo a organização local composta pela RedeLuso e IBAP- Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegida, da Guiné-Bissau. Relatou que já existe uma avaliação positiva à capacidade de alojamento para acolhimento dos participantes nas Bijagós, bem como uma forte mobilização e envolvimento das comunidades locais para o evento. Relatou ainda que dada a necessidade de um espaço para a realização do evento estava prevista a construção de um equipamento multiusos, que seria uma grande mais-valia para todo o Arquipélago dos Bijagós, para futuras atividades no âmbito da Reserva Mundial da Biodiversidade da UNESCO. Referiu que este equipamento seria financiado com recursos de entidades multilaterais parceiras da Guiné-Bissau.

A PFC BR sugeriu que os parceiros/organização do evento pudessem conhecer um projeto apoiado pelo Governo do Brasil de construção de uma escola, no bairro de São Paulo, em Bissau, que se utilizou de técnicas de Bio-construção.

O PFC GB reconheceu que embora pudesse existir um receio pela instabilidade política no país, tal não deveria afetar a organização e a realização do evento, existindo uma forte sensibilidade nacional para sua importância, assim, como o apoio que poderia representar para a candidatura dos Bijagós a Património da UNESCO, preparada pelo IBAP.

O PF STP, fazendo ligação às discussões que tiveram lugar durante o Seminário dos PFC, felicitou a iniciativa assim como o empenho e o dinamismo da ASPEA, reconhecendo-o como um verdadeiro projeto CPLP, na CPLP para a CPLP.

### **5.2.5 Projeto Campanha JcF - Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento (Anexo XII)**

O DC observou que no âmbito da Campanha Juntos contra a Fome haviam sido aprovadas duas iniciativas que ainda não tinham iniciado as suas atividades, por se encontrarem em fase de discussão dos seus conteúdos. No entanto, conforme prática das RPFC anteriores, o SECPLP trazia à consideração a aprovação de uma nova iniciativa. Explicou que se tratava de um projeto a ser desenvolvido pela Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros de Cachungo, COAJOC, na Guiné-Bissau, iniciativa que se enquadra no eixo Agricultores sem Fome, da Campanha Juntos contra a Fome.

Referiu ainda que o objetivo geral do projeto era consolidar o associativismo dos jovens agricultores, com enfoque na melhoria da produção, transformação e tomada de decisão ao nível de micro-associações, contribuindo para o aumento da segurança alimentar, com enfoque no papel das mulheres. Disse que o grupo alvo eram 280 produtores membros de 5 associações de jovens agricultores.

O PFC GB destacou que se tratavam de jovens dinâmicos, formados em Agronomia, que constituiriam uma cooperativa e qualquer apoio seria um importante incentivo para a prossecução dos objetivos da mesma.

## **5.3 Deliberação de aprovação de Projetos**

### **5.3.1 Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - “É Hora”**

A apresentação esteve a cargo da representante da entidade executora, Carla Sepúlveda, da Rede das Mulheres Operadoras Económicas da República da Guiné-Bissau (REMOE-GB) que fez uma apresentação *powerpoint* (Anexo XIII), de onde salientou que pretendia que fosse criada uma escola de formação de mulheres, que seria em Bissau, mas que depois poderia ser expandida para o resto do país, sendo que este projeto pretendia formar 10.000 mulheres no espaço de 3 anos. Durante a apresentação, e em resposta a algumas questões suscitadas pelos PFC, esclareceu que pretendia chamar empresários a Bissau para envolver e perceber capacidade de integrar mais jovens no mercado de trabalho, focando especialmente o papel que a indústria hoteleira poderia assumir na inserção destas mulheres, dado o crescimento previsto para o setor. Explicou ainda como o projeto

pretendia fomentar espírito empreendedor, ajudando no desenvolvimento de alternativas como microempresas, dedicadas a setores como a culinária ou a costura. Indicou que, em função do interesse manifestado por parte de empresários no país, em especial o setor hoteleiro mas também da indústria de transformação do caju, tinha a expectativa de que pelo menos 50% destas mulheres pudessem ser inseridas de imediato.

O PFC CV frisou a relevância da questão da inserção no mercado trabalho como aspeto incontornável e que dele dependeria o sucesso do projeto, citando o exemplo do seu país onde essa dificuldade havia surgido e considerando assim fulcral ter bem analisada a resposta que seria dada pelo mercado de trabalho.

O DC recordou que este projeto fora aprovado na XXXIV RPFC, com a categoria de decisão 3, tendo ainda sido identificado um recurso financeiro para o efeito. Indicou que a versão revista, apresentada em Brasília, fora alvo de comentários de alguns EM, interrogando se com a versão circulada por ocasião da presente Reunião haveria alguma objeção e se haveria a aplicação ou não de recursos no valor de €35.000,00

Os PFC, no seu conjunto, confirmaram a aprovação do projeto e a alocação do valor. Solicitaram que fosse clarificado como é que o valor iria ser aplicado e poderia servir para alavancar o restante financiamento em falta. Sublinharam a necessidade de uma prestação de contas específica sobre este valor.

O DC sugeriu que fosse feita uma comunicação à entidade executora para que esta pudesse dar garantias do financiamento total, em momento prévio à elaboração do protocolo e à transferência de recursos.

O PFC CV reiterou que seria importante também que o projeto pensasse mais na ligação com o mercado de trabalho e refinasse um pouco o seu escopo, dado que os objetivos eram muito grandes e se deveria ponderar o horizonte que se pretende, talvez diminuindo para focar mais nesta ligação. Questionou o impacto real de uma formação massificada, em vez do seguimento pós formação. Sublinhou que a formação em si não era o objetivo, mas sim inserir pessoas no mercado de trabalho

O PFC ANG acrescentou que a RPFC tinha limitações e que mais projetos para beneficiar a GB seriam trazidos. Focou, porém, que o que chegava de Bissau para as capitais dos EM era que a CPLP não estava presente, estava ausente e abandonara a GB. Afirmou que gostaria que fossem aproveitadas ocasiões como esta para dizer ao mundo e à Comunidade local que a CPLP está presente. Poderá ser pouco mas é real e é direta, trata-se de cooperação positiva.

### **5.3.2 Repositório Científico da CPLP**

A PFC BR notou que este projeto fora aprovado na XXXIII RPFC com aportes de Recursos Livres do FE, bem como específicos, identificados por BR e PT, sendo a proposta agora de solicitar novo aporte para complementar os recursos aprovados e chegar ao valor total necessário para o arranque do projeto.

O DC complementou que até ao momento o projeto apenas cerca de metade do orçamento previsto e que a proposta seria que fosse feita a alocação de recursos para fazer face ao remanescente.

A PFC BR disse que havia o comprometimento de que Brasil iria fazer uma contribuição de cerca de €8.000,00, pois na RM fora feita uma proposta dos custos do repositório serem partilhados entre todos o que daria cerca de €8.000,00 a cada. Para além do Brasil, disse que mais três países - Moçambique, Timor-Leste e Cabo Verde - poderiam ser sinalizado a sua concordância com este mecanismo. Focando a importância da sustentabilidade e da apropriação, afirmou que se deveria insistir no percurso de que as áreas setoriais cumpram com compromissos assumidos. Notou que a RPFC já financiara metade e que vários países já haviam sinalizado a intenção de contribuir de acordo com o que fora decidido. Acrescentou que haviam sido assinados Termos de Referência para o Repositório de acordo com o cumprimento dos aportes financeiros decididos, e que não seria consentâneo que a RPFC colocasse recursos adicionais, tendo em conta os compromissos nacionais manifestados na área setorial.

O PFC TL, referindo-se ao compromisso assumido pelo Ministério da Educação, informou que iria entrar em contacto com esse setor, encaminhando a informação e fazendo nota da necessidade de cumprir os compromissos assumidos.

A PFC GE afirmou que, tratando-se de um projeto discutido sectorialmente, sob a responsabilidade do PF para o Ensino Superior, não tinha conhecimento para poder tomar decisão naquele momento, pois não era responsável por dar opinião sobre um projeto aprovado a nível setorial.

### 5.3.3 Novas propostas de Atividades (apresentadas no ponto 5.2)

- **Ação Pontual - Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário (ref. 5.2.1)**

A PFC PT transmitiu que Portugal iria manter a lógica de cofinanciamento das atividades numa maior partilha de responsabilidades entre os Estados Membros da CPLP. Referiu que seria importante aumentar o número de participantes vindos dos países e anunciou o cofinanciamento em 50% do valor solicitado, contribuindo com €7.499,50, provenientes dos recursos existentes no FE colocados por PT, desde que houvesse cofinanciamento.

Os PFC decidiram então alocar a esta atividade o valor em falta, aprovando o financiamento de €7.499,50 provenientes dos recursos livres existentes.

A PFC BR solicitou uma reserva, sem prejuízo da aprovação do projeto, para que pudesse ainda enviar comentários em relação ao conteúdo da formação, tendo sido acordado um prazo de 15 dias para o envio dos mesmos.

- **Projeto - Meninos de Rua: Inclusão e Inserção - 4ª fase (ref. 5.2.2)**

O DC observou que esta era uma atividade de continuidade, que vinha sendo avaliada positivamente. Tendo sido esclarecidas questões relativas ao que se pretende com a IV Fase questionou os PFC sobre o financiamento o que poderia condicionar a aprovação, recordando que havia um saldo da fase anterior, no montante de €909,04, que poderia reverter para esta fase.

A PFC PT indicou que, numa lógica de cofinanciamento e lembrando os resultados e a sustentabilidade deste projeto, Portugal apoiaria esta fase com 75.000,00, devendo esse montante sair dos recursos existentes colocados por Portugal no FE.

O PFC indicou que Angola poderia alocar €500,00 dos seus recursos consignados para apoiar este Projeto.

Os PFC decidiram alocar recursos provenientes da fase anterior (€909,04) e aprovar a alocação de €33.990,96 da rubrica de Recursos Livres do FECPLP.

- **Rede de Jornalismo Jovem Digital – Conexão Lusófona – Fase 3 Consolidação e expansão (ref. 5.2.3)**

A PFC BR indicou que o valor solicitado era de €96.330,15, o que deveria ser tido em conta para aprovação do projeto, em função de sua relativa magnitude, mas recordou também que haveria a possibilidade de cofinanciamento em género, compromisso que fora anteriormente assumido e que poderia auxiliar este esforço, notando que tal fora indicado pela Guiné-Bissau, Cabo Verde, Timor Leste e Angola.

A PFC PT informou que em função de se tratar da continuidade de uma iniciativa anterior, que alcança a juventude e abarca área da digitalização, Portugal sentia que era importante manter o apoio e assim, indiretamente, contribuir para o sentimento de pertença à Comunidade. Desse modo, anunciou que Portugal apoiaria com €60.000, que corresponderiam a cerca de 62% a partir dos fundos consignados por Portugal depositados no FE.

O PFC TL expressou o interesse do seu país no projeto, sublinhando que se deveriam procurar recursos no FE para viabilizar a atividade.

O PFC CV afirmou que não havia Comunidade sem contacto e que não havia comunidade sem terra. Deu o exemplo da UE como uma Comunidade que atribuía uma enorme importância a este género de atividades. Disse deveria ponderar como se queria ver a Sociedade Civil nesta organização, pois dizer que se quer aproximar da Sociedade Civil e não apoiar projetos como este não era correto. Acrescentou que para além da lógica de prioridade, era preciso olhar para o futuro e esse passa pela juventude. Disse ainda que depois de ver e falar com as pessoas, via-se que o projeto tinha mérito e que como tal Cabo Verde gostaria de apoiar.

O DC alertou que não seria correto que houvesse projetos que, não tendo financiamento total garantido, viessem a adequar o projeto ao orçamento sob pena de comprometer todo o racional subjacente aos mesmos.

Os Pontos Focais de Cooperação aprovaram a alocação dos recursos remanescentes das fases precedentes (Fase I: €108,00 e Fase II: €71,98) e dos Juros Remanescentes no FE, estes últimos no total de €36.150,17.

- **V Congresso de Educação Ambiental (ref. 5.2.4)**

O DC notando que também esta era uma atividade que vinha no seguimento de outra que fora bem apreciada, seria importante que os PFC se pronunciassem não só sobre o mérito da atividade mas também sobre o financiamento o que poderia condicionar a aprovação.

A PFC PT afirmou que tinha sido entusiasmante ouvir apresentação e que a mesma havia impressionado, sendo quase certo que Portugal iria manter o apoio.. Observou, porém, que o projeto fora circulado apenas na semana que antecedeu a RPFC e que não havia tido tempo para realizar as consultas internas indispensáveis. Sugeriu, pois, que a decisão de financiamento ficasse para posterior ou sujeita a deliberação por via eletrónica.

A PFC BR informou que consultara o Ministério do Meio Ambiente e que este se manifestara favoravelmente à proposta nos seguintes termos:

*“O V Congresso surge como uma oportunidade para ampliar a capilaridade das Políticas Públicas de Educação Ambiental, bem como identificar possibilidades e estabelecer parcerias entre esses países. Além de promover debates para uma ampliação e implementação de projetos, programas e acordos em Educação Ambiental, que promovam o intercâmbio de experiências e aprofundem a conscientização e construção de territórios sustentáveis. Por reconhecer que as problemáticas socioambientais são globais e necessitam de ações integradas entre os países, o Brasil participa historicamente na organização e apoio aos Congressos Lusófonos de Educação Ambiental que teve a sua 2ª Edição realizada no Brasil. Nesse contexto, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil aprova o projeto do V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, bem como a sua realização, considerando a importância do fortalecimento das cooperações técnicas internacionais entre os países de língua portuguesa, em consonância com as diretrizes do Governo Brasileiro”.*

O PFC GB lembrou que seriam necessários recursos para começar a preparar a atividade atempadamente.

O DC sugeriu que o SECPLP trabalhasse para identificar recursos e depois informaria os PFC, sem prejuízo de alocar já algum recurso. Porém, tal não resultaria em transferir recursos ou vincular a entidade para execução projetos em nome da CPLP.

A Ponto Focal de Moçambique (PFC MOÇ) alinhou com a intervenção do PFC GB, notando que se o projeto já estava completamente estruturado, com um ano de antecedência, era porque esperavam uma ação atempada. Afirmou que a RPFC deveria decidir pela alocação de algum recurso e indicou que Moçambique afetaria €5.000,00, a partir dos seus recursos no FE.

O PFC CV notou que a não aprovação poderia colocar em causa a execução da atividade e que tal poderia ser contraproducente quando se teria consciência de que poderiam entrar mais recursos.

Os PFC decidiram esperar que fossem reunidas condições financeiras para que se pronunciassem eletronicamente num prazo de 30 dias.

- **Projeto Campanha JcF - Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento (ref. 5.2.5)**

A PFC BR lembrou a *praxis* de se assegurar o financiamento na íntegra, face ao processo seletivo anterior, mantendo assim a proposta de aprovação de 1 projeto ao ano por parte da RPFC.

Os PFC deliberaram alocar a este projeto o valor remanescente das rubricas disponíveis: €8.507,82 dos Recursos Livres 2017; € 2.140,28 dos Limites de Consignação ; €17.015,00 dos Juros Vencidos 2017 e €7.874,99 dos Juros Remanescentes.

O SECPLP propôs ainda realocar o saldo remanescente da 1ª fase da Atividade Plataforma SKAN para este projeto (no total de €1.295,38) e completar o recurso financeiro com parte do saldo remanescente da Atividade CPLP por um Mar Limpo, no valor de €228,33.

### Quadro resumo das Realocações:

SALDOS FUNDO ESPECIAL	Inicial	Ação de Formação em D <sup>o</sup> Internac. Humanitário	4ª Fase - "Meninos de rua: Inclusão e Inserção"	Portal Conexão Lusófona - Fase 3	V Congresso Internacional. Educação Ambiental	Projeto Campanha JcF
Recursos Livres 2017	49.998,28	7.499,50	33.990,96			8.507,82
Limite de Consignação	2.140,28					2.140,28
Juros Vencidos 2017	17.015,00					17.015,00
Juros Remanescentes	44.025,16			36.150,17		7.874,99
Remanescentes de Projetos:						
Meninos de Rua - Fase III	909,04		909,04			
Portal Conexão Lusófona Fase I	108,00			108,00		
Portal Conexão Lusófona Fase II	71,98			71,98		
Plataforma SKAN (1ª fase)	1.295,38					1.295,38
CPLP por um Mar Limpo	1.022,97					228,33
Recursos Consignados - PT	410.008,55	7.499,50	75.000,00	60.000,00		
Recursos Consignados - ANG	1.038,35		500,00			
Recursos Consignados - MOÇ	5.000,00				5.000,00	
<b>TOTAL por projeto</b>		<b>14.999,00</b>	<b>110.400,00</b>	<b>96.330,15</b>	<b>5.000,00</b>	<b>37.061,80</b>
<b>TOTAL ALOCADO</b>				<b>263.790,95</b>		

### DELIBERAÇÃO N° 3

- Foram aprovados pela XXXVI RPFC as seguintes atividades:
  - Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - "É Hora" aprovada com categoria de decisão 1. O financiamento alocado foi confirmado pelos PFC no valor de €35.000,00, devendo a entidade executora dar garantias do financiamento total, em momento prévio à elaboração do protocolo e à transferência de recursos e aceitando a necessidade de haver uma prestação de contas específica sobre este valor.
  - Ação de Formação em Direito Internacional. Humanitário, aprovada com a categoria de decisão 1. O financiamento alocado a esta atividade o financiamento de 14.999,00€
  - 4ª Fase - "Meninos de rua: Inclusão e Inserção", aprovado com categoria de decisão 1. O financiamento alocado ao projeto foi no valor de 110.400,00€;
  - Portal Conexão Lusófona - Fase 4, aprovado com a categoria 1. O montante aprovado para financiamento foi de 96.330,15€.
  - V Congresso Internacional de Educação Ambiental, aprovado com categoria de decisão 4, aguardando pronunciamento eletrónico num prazo de 30 dias. Ficou alocado a esta atividade o valor de €5.000,00.

- Os PFC decidiram ainda alocar o montante de 37.061,80 para apoiar o Projeto Campanha JcF - Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu

A Grelha de Deliberações da XXXIV Reunião de Pontos Focais de Cooperação consta como Anexo XIV a este Relatório.

## **6. Questões administrativas**

### **6.1 Atualização dos nomes e contactos dos Pontos Focais sectoriais**

O DC informou que a Direção de Cooperação e a Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa haviam procurado levar a cabo um exercício de atualização dos nomes e contactos dos PF setoriais, para acompanhar as várias alterações nos EM. Acrescentou que lista seria circulada para que os PFC pudessem conferir e confirmar, para garantir a atualidade destes e a continuidade no fluxo de comunicação.

## **7. Pontos de Informação:**

### **7.1 Reestruturação da Direção de Cooperação**

O DC informou os PFC que, atendendo à nova estrutura orgânica do SECPLP aprovada em janeiro e 2018, a Direção de Cooperação passara a acompanhar outras temáticas, como a defesa, justiça e administração interna/interior, comércio e finanças (Anexo XV). Explicou que se tratava de uma alteração mais administrativa do que funcional, pois não existirá de facto coordenação da Direção de Cooperação sobre estas temáticas, continuando as mesmas a ser seguidas mais de perto pelos assessores que as acompanhavam. Terá, porém, a implicação prática do trabalho passar a ser articulado e os colegas que acompanham passarão a incluir os PFC no fluxo de comunicação. Solicitou que os PFC também mantivessem a Direção Cooperação no circuito quanto a essas matérias.

### **7.2 Reuniões Ministeriais Setoriais previstas para 2018**

O DC passou em revista as reuniões agendadas e ainda por agendar que estariam previstas para ter lugar durante o ano de 2018, conforme Anexo XVI.

### **7.3 Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP na Ilha do Sal, Cabo Verde**

O PFC CV indicou que seria um dos coordenadores do gabinete que apoiará a próxima Presidência da CPLP, cujo exercício se iniciará no próximo mês de julho e prestou informações sobre a preparação da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (CCEG). Constatou que estavam a decorrer discussões muito interessantes sobre a Presidência de Cabo Verde, inclusive estava criada uma rede de reflexão ao nível académico, que pretende contribuir para um espírito de positividade e perspetiva de futuro da Comunidade. No sentido de dar continuidade e ligação à

Presidência anterior, existiria um modelo de gestão e de Presidência em troika, tendo o Brasil sido convidado a acompanhar esta concertação. O tema da Presidência será a Cultura, tendo outros subtemas associados como a Mobilidade e os Oceanos.

Informou que as bases para que a XII CCEG se realizasse com sucesso estavam criadas. Disse que o evento terá lugar entre os dias 17 e 18 de julho de 2018, em Santa Maria, na Ilha do Sal, estando garantidas condições logísticas e infraestruturais de grande qualidade. Apelou ao apoio de todos, solicitando aos EM que fizessem chegar críticas e sugestões de utilidade prática, até ao final de março.

#### **7.4 Reunião dos Estados-Membros com os Observadores Associados da CPLP**

O DC informou que, no dia 7 de março, iria ter lugar uma Reunião Extraordinária do CCP com os representantes dos Observadores Associados, onde o SECPLP apresentaria os principais pilares da CPLP, incluindo a Cooperação (Anexo XVII). Referiu que se tratava de um encontro com foco político-diplomático, onde seriam tratadas questões como o reforço do diálogo com os Observadores Associados, apoio mútuo em outras instituições internacionais e visitas entre a CPLP e os Observadores Associados. Acrescentou que, do ponto de vista do Cooperação, pretendia dar especial foco à ESAN e apresentar o processo de adoção das diretrizes da agricultura familiar, sublinhando a atenção que a ONU estava já a conferir a esse processo, procurando gerar o interesse daqueles Estados em juntar-se à CPLP e ajudar a galvanizar o papel pioneiro da CPLP nesta matéria.

#### **7.5 Reunião com os coordenadores das Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos da CPLP**

O DC referiu que no diálogo que era mantido com os Observadores Consultivos se sentiu a necessidade de rever o funcionamento interno de algumas das Comissões Temáticas. Para tal, realizou-se uma reunião com os presidentes das mesmas no dia 21 de fevereiro (Anexo XVIII), tendo sido aprovado um plano de trabalho a desenvolver conjuntamente com as Comissões, com o objetivo de:

- Rever a situação interna de cada Comissão Temática: revisão dos membros da CT, contactos e pessoas de referência, formalização da CT (regulamento/ regimento), Plano de Trabalho, etc;
- Apresentar os documentos estratégicos institucionais que norteiam a atuação comunitária no domínio da Comissão Temática (planos estratégicos / planos de ação / nova visão estratégica / declarações finais das Reuniões Ministeriais Setoriais);
- Propor uma abordagem que se foque em mais-valias da atuação conjunta, partindo do diálogo e do levantamento de expectativas e sugestões dos Observadores Consultivos;
- Criar espaços de diálogo e de promoção das atividades a empreender conjuntamente entre as CT e o SECPLP;
- Levanta propostas de atividades por Comissão Temática e sua sistematização;
- Estabelecer uma data prévia às Reuniões do Conselho de Ministros que antecedem as Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (bianual) para o Encontro Geral das Comissões Temáticas e Observadores Consultivos da CPLP, com a finalidade de identificar

- as atividades empreendidas ao longo do biénio precedente, enquadradas na atuação, missão e objetivos da CPLP, para apresentação aos órgãos de decisão superiores;
- Estabelecer modelos de recolha de informação sobre as atividades conjuntas ou que tenham o apoio institucional da CPLP;
  - Elaboração de uma agenda anual conjunta das atividades das Comissões temáticas, com uma iniciativa anual de cada Comissão Temática, a divulgar nos Portais setoriais e no espaço dos Observadores Consultivos.

## **7.6 Atividades Específicas DIRCOOP**

### **7.6.1 Segurança Alimentar e Nutricional**

#### **7.6.1.1 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP**

O DC recordou a realização da Reunião de Alto Nível da CPLP de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (RANAF), nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2018, em Lisboa, que respondeu a uma decisão do CONSAN-CPLP. A RANAF foi promovida pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal, com apoio do Secretariado Executivo da CPLP e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e teve como principais objetivos mobilizar todos os atores relevantes para a promoção da Agricultura Familiar no contexto de cada Estado-Membro da CPLP e promover a partilha e discussão sobre políticas e programas intersectoriais. Reuniu os Ministros responsáveis pela área da Segurança Alimentar e Nutricional dos Estados-Membros da CPLP, ou seus representantes, acompanhados pelo Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), por representantes de organizações de agricultores familiares da CPLP, organizações da Sociedade Civil da CPLP, representantes do setor empresarial agrícola, agroindustrial e das universidades e instituições de investigação agrícola da CPLP. Neste encontro assinou-se a CARTA DE LISBOA, um compromisso multi-atores para a valorização da agricultura familiar nos Estados-Membros da CPLP com base nas Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP, (aprovadas em junho de 2017 na II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP). Destacou ainda a participação do Mecanismo de Facilitação da Participação dos Parlamentares no CONSAN-CPLP, após reconhecimento na última AP-CPLP, dezembro, Portugal.

#### **7.6.1.2 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”**

O DC informou que a Campanha “Juntos contra a Fome” estava a ser alvo de análise e avaliação por parte Grupo de Trabalho com representantes dos EM que acompanham a Campanha, e que havia o consenso entre todos de que a Campanha se deveria manter. Esta Campanha conseguiu financiar 6 projetos, 3 dos quais começarão a ser implementados tão breve quanto possível, estando esse arranque dependente da revisão do seu conteúdo por parte das Entidades Executoras, tendo em conta o lapso de tempo que separa o momento actual do momento de aprovação do projeto.

### **7.6.2 2018 – Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas**

O DC informou que se tratava de uma iniciativa que derivava da V Reunião de Ministros e responsáveis pela Igualdade de Género, no seguimento da sua V Reunião, que teve lugar em Brasília, em outubro de 2017. Indicou que o Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas iria ser lançado em Nova Iorque, em evento organizado pelos EM e liderado pela Presidência Brasileira em paralelo à 62ª Reunião da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (CSW). No mesmo evento seria aprovado o Plano de Trabalho para o Ano, que reúne o conjunto de atividades a serem implementadas durante o ano. Acrescentou ainda que, no âmbito da 62ª Reunião da CSW seria proferido um discurso em Português em nome da CPLP. Finalmente, no âmbito da mesma área temática, aditou que o gabinete da Secretária Executiva estava a preparar uma iniciativa para assinalar o Dia Internacional da Mulher cujo tema se alinhava com a mesma reunião da CSW, focando o Empoderamento da Mulher Rural e a sua importância para o Desenvolvimento.

A PFC BR acrescentou que a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) confirmou a realização do evento paralelo durante a 62ª Reunião da CSW. A presidência *pro tempore* brasileira arcaria com os custos de aluguer do espaço e tradução simultânea. Disse ainda que, caso não fosse possível o lançamento na CSW do “Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas”, o evento poderia ser agendado para segunda quinzena de abril, dadas as intensas agendas das Ministras durante o mês de março. Informou igualmente que a SPM estava a terminar a elaboração de um projeto, em parceria com a ABC, a Divisão de Temas Sociais do MRE, a Divisão da CPLP do MRE e a ONU Mulheres, que tinha como objetivo atender à prioridade de “fortalecer a componente formativa de docentes, crianças, jovens rapazes e raparigas sobre as questões de género”, especialmente focado na temática da violência, alinhando-se com a temática do Ano 2018. Para tanto seria adaptada ao contexto da cooperação sul-sul a estratégia “Currículo Escola sem Machismo” e seus seis planos de aula para formar e sensibilizar profissionais de educação e comunidades educativas.

### **7.6.3 XI Jogos Desportivos da CPLP**

O DC indicou que a informação prestada aquando da aprovação da AP já tinha sido suficientemente exaustiva, não havendo mais nada a acrescentar.

### **7.6.4 VIII Fórum Mundial da Água, Brasília, março de 2018**

O DC afirmou que pela primeira vez, este Fórum, o maior a nível global sobre o tema da água, acontece num país do hemisfério Sul, e o seu anfitrião, o Brasil, mobilizou-se para apoiar uma participação ativa e qualificada da Comunidade. Através do financiamento do projeto: “Participação de instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos nos Estados-Membros da CPLP em ações preparatórias e no 8º Fórum Mundial da Água de 2018 – “CPLP Rumo à Brasília”, com a Agência Nacional de Águas do Brasil - ANA, como entidade executora. Acrescentou que se tratava de uma oportunidade ímpar para a visibilidade da organização, que iria apresentar a Declaração Conjunta da CPLP ao 8º FMA, na sua sessão plenária, na qual se iria reafirmar a intenção de elevar o tema da água na Agenda Política da Organização. Afirmou também que, à margem do 8º FMA, iria ter lugar a VII Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, o Encontro

dos Ministros e Responsáveis pelos Recursos Hídricos na CPLP, o 1º Encontro dos Responsáveis da Regulação dos Serviços de Água Ibero-Americanos e da CPLP e uma Sessão Especial com Países em Desenvolvimento no 8º Fórum Mundial da Água de 2018, entre outros eventos.

A PFC BR agradeceu o envolvimento e participação das entidades portuguesas, em particular Secretaria Geral do Ambiente e Agencia Portuguesa do Ambiente, em todo o processo.

### **7.7 Atividades específicas DACLP:**

O DC referiu que a Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa partilharia uma informação por escrito sobre estes pontos, devendo a mesma ser anexa ao relatório (Anexo XIX).

### **Encerramento**

A Secretária Executiva da CPLP encerrou oficialmente a Reunião, referindo que havia tomado conhecimento das discussões e que estava entusiasmada com dos resultados dos trabalhos. Disse ter-se tratado de uma semana intensa e enriquecedora para todos. Afirmou que a CPLP tinha na cooperação um pilar essencial, pois era através desse pilar, que os programas, ações e intercâmbios permitiam disseminar boas práticas na Comunidade. Assim, frisou o importante papel dos PFC em aprovar e dar seguimento a essas ações. Notou ainda a capacidade do grupo de PFC como um todo, promovendo a interação com outros atores, algo fundamental para a eficácia do pilar cooperação, sublinhou.

Agradeceu também às consultoras do seminário pelo seu contributo para o sucesso dos trabalhos, bem como aos PFC que se deslocaram durante uma semana para participar nestes trabalhos. Reforçou que a presença de cada um tinha sido muito importante, uma vez que saíram recomendações importantes para futuro da organização, destacando a substituição do PIC por um PEC, para cobrirá várias presidências e dar continuidade às iniciativas da CPLP. Concluiu, recordando a responsabilidade do SECPLP em sintetizar, reunir pontos de vista e fazer subir para órgãos superiores às decisões da RPFC e a extrema relevância da coordenação entre PFC e PFS para a eficácia dos trabalhos empreendidos.

A PFC BR usou da palavra para agradecer todo o apoio e colaboração que permitiram o sucesso dos trabalhos ao longo da semana, destacando como os mesmo iriam permitir o fortalecimento dos instrumentos de governança e de gestão da cooperação ao nível da CPLP.

O PFC ANG agradeceu aos colegas e ao SECPLP, notando que do ponto de vista Angola, a semana tinha sido muito trabalhosa mas que havia valido a pena.

O PFC CV agradeceu ao SECPLP todo o trabalho, destacando a qualidade do mesmo, que facilitara e permitira um trabalho mais substantivo. Agradeceu aos restantes colegas e também à Presidência.

O PFC GB afirmou que o Seminário permitira uma maior aproximação, notando que foi gratificante, intenso, mas muito compensador.

A PFC GE cumprimentou os colegas e o SECPLP, referindo o contentamento de todos derivado de se sentirem mais adaptados às dinâmicas e ritmos de trabalho.

A PFC MOÇ agradeceu à coordenação pelos esforços no sentido de realizar o plano de trabalho, para dar seguimento ao que fora discutido no seminário. Veiculou a sua expectativa em fazer cumprir a matriz aprovada e a disponibilidade do seu país para colaborar com CV a fim de conseguir alcançar os resultados esperados na Cimeira. Agradeceu ainda ao SECPLP pelo esforço que permitira que o bom andamento dos trabalhos.

A PFC PT agradeceu também a todos, destacando os momentos construtivos dos trabalhos e fazendo votos que o espírito se mantivesse nos próximos meses, para chegar à Cimeira com os resultados almejados.

O PFC STP subscreeveu os agradecimentos e o desejo em alcançar os resultados esperados.

O PFC TL também subscreeveu os agradecimentos, expressando o seu contentamento por ter participado numa semana muito cansativa mas importante. Destacou a relevância de se repensar e trabalhar o pilar da cooperação para chegar mais próximo do cidadão e dar visibilidade à organização, importantes incentivos para que se melhore o sentimento de pertença à Comunidade, destacou.

Nada mais havendo a acrescentar, a Coordenadora deu os trabalhos como encerrados.

## Anexo I

### XXXVI REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 1 e 2 de março de 2018

#### LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**
  - Oliveira Francisco Encoge, Ponto Focal de Cooperação de Angola - Gabinete de Apoio à CPLP e PALOP, Ministério das Relações Exteriores;
  - Esperança Cunha, Gabinete de Apoio à CPLP e PALOP, Ministério das Relações Exteriores;
  - Mário Garrido, Missão de Angola junto à CPLP.
  
- **BRASIL**
  - Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP da ABC e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores;
  - Nadia El Kadre, Conselheira da Missão do Brasil junto à CPLP;
  - Tânia Jardim, Agência Brasileira de Cooperação;
  - Ana Paula Costa, Agência Brasileira de Cooperação;
  
- **CABO VERDE**
  - Eduardo Jorge, Ministro Plenipotenciário, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
  - Sónia Martins, Conselheira da Embaixada de Cabo Verde em Portugal;
  - Nádia Marçal, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
  - Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.
  
- **GUINÉ-BISSAU**
  - Marcelo Pedro d'Almeida, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades.
  
- **GUINÉ EQUATORIAL**
  - Cristina Mangué Abeso, Ponto Focal de Cooperação, Embaixadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
  - Regina Martins, Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP.
  
- **MOÇAMBIQUE;**
  - Albertina Mac Donald, Diretora para as Organizações Internacionais e Conferências (DOIC) no MINEC e Ponto Focal de Cooperação;
  - Dionísio Macule, Ministro Conselheiro, Embaixada de Moçambique em Lisboa.
  
- **PORTUGAL**
  - Paula Pereira, Chefe de Divisão dos Assuntos Multilaterais do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua;

- Eduarda Cabral e Silva, Técnica superior da DAM do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.
  
- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
  - Esterline Género, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
  - Nilson Lima, Embaixada de São Tomé e Príncipe em Lisboa.
  
- **TIMOR-LESTE**
  - Jesuíno Alves, Ponto Focal de Cooperação, Direção para os Assuntos da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
  - Andreia Pires, Missão de Timor-Leste junto da CPLP;
  - Natália Sarmiento, Missão de Timor-Leste junto da CPLP.
  
- **SECPLP**
  - Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;
  - Macsud Ismail, Diretor de Administração e Finanças;
  - Paulo André Morais de Lima, Assessor Político-Diplomático;
  - Camilo Graça, Assessor Político-Diplomático;
  - Miguel Levy, Assessor Político-Diplomático;
  - Philip Baverstock, Técnico da Direção de Cooperação;
  - Ana Barbosa de Melo, Técnica da Direção de Cooperação;
  - Clara Justino, Técnica da Direção de Cooperação;
  - Carlos Gonçalves, Técnico da Direção de Cooperação;
  - José Batista, Auditor Interno.
  
- **Convidados**
  - Joana Amaral, Consultora de Apoio Metodológico e Facilitadora de atividades;
  - Diana Araújo, Cruz Vermelha Portuguesa;
  - Fátima Proença, ACEP;
  - Laura Vidal, Conexão Lusófona;
  - Diego Pereira, Conexão Lusófona;
  - Joaquim Ramos Pinto, Presidente da ASPEA;
  - Carla Sepúlveda, Rede das Mulheres Operadoras Económicas da República da Guiné-Bissau (REMOE-GB).

## Anexo II

# XXXVI REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 1 e 2 de março de 2018

## AGENDA (versão revista e aprovada em Reunião)

- 1. Sessão de Abertura**
- 2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa**
- 3. Apresentação das principais conclusões do Seminário “Governança e Gestão da Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”**
- 4. Acompanhamento dos Projetos, Programa Indicativo de Cooperação e Execução Financeira**
  - 4.1 Execução Financeira do Fundo Especial (até dezembro de 2017)
  - 4.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC
- 5. Propostas de Atividades**
  - 5.1 Apresentação de novas propostas
    - 5.1.1 Ação Pontual - Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário
    - 5.1.2 Projeto - Meninos de Rua: Inclusão e Inserção - 4ª fase
    - 5.1.3 Projeto - Rede de Jornalismo Jovem Digital - Portal Conexão Lusófona - Fase 3 - Consolidação e Expansão
    - 5.1.4 V Congresso de Educação Ambiental
  - 5.2 Deliberação de aprovação de Projetos
    - 5.2.1 Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - “É Hora”
    - 5.2.2 Repositório Científico da CPLP
    - 5.2.3 Projeto Campanha JcF - Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento
    - 5.2.4 Novas propostas de Atividades (ponto 5.1)
- 6. Questões Administrativas**
  - 6.1 Atualização dos nomes e contactos dos Pontos Focais sectoriais
- 7. Pontos de Informação:**
  - 7.1 Reestruturação da Direção de Cooperação
  - 7.2 Reuniões Ministeriais Setoriais previstas para 2018
  - 7.3 Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP na Ilha do Sal, Cabo Verde
  - 7.4 Reunião dos Estados-Membros com os Observadores Associados da CPLP

- 7.5 Reunião com os coordenadores das Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos da CPLP
  
- 7.6 Atividades específicas DIRCOOP:
  - 7.6.1 Segurança Alimentar e Nutricional
    - 7.6.1.1 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP
    - 7.6.1.2 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”
  - 7.6.2 2018 – Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas
  - 7.6.3 XI Jogos Desportivos da CPLP
  - 7.6.4 VIII Fórum Mundial da Água, Brasília, março de 2018
  
- 7.7 Atividades específicas DAACL P:
  - 7.7.1 Portal da Educação da CPLP
  - 7.7.2 Portal da Cultura
  - 7.7.3 Publicação «Produção de Estatísticas da Educação da CPLP»